



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

A.R.M. – ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA S.A.

CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE:

“Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM,S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023”

(06.0198)

PROCEDIMENTO



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

A.R.M. – ÁGUA RESÍDUOS DA MADEIRA S.A.

CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE:

“Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM,S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023”

(06.0198)

ÍNDICE GERAL

VOL.	PROGRAMA DE PROCEDIMENTO
1/3	Programa de Procedimento
	ANEXO I. Modelo de Declaração
	ANEXO II. Lista de Preços Unitários
	ANEXO III. Modelo de Proposta de Preço
	ANEXO IV. Modelo de Declaração
	ANEXO V. Modelo de Declaração
	ANEXO VI. Modelo de Guia de Depósito Bancário em Dinheiro / Títulos
	ANEXO VII. Modelo da Garantia Bancária/Seguro de Caução
VOL.	CADERNO DE ENCARGOS
2/3	TOMO I - Cláusulas Gerais
	TOMO II - Cláusulas Técnicas Especiais
VOL.	PROJETO DE EXECUÇÃO
	TOMO I - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição
	TOMO II - Peças Desenhadas



ARM - Águas e Resíduos
da Madeira, S.A.

A.R.M. – ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA S.A.

CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE:

“Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM,S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023”

(06.0198)

PROCEDIMENTO

VOL. 1/3

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

A.R.M. – ÁGUA E RESÍDUOS DA MADEIRA S.A.

CONCURSO PÚBLICO PARA A EMPREITADA DE:

“Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM, S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023”

(06.0198)

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE

SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	2
Artigo 1.º Identificação do concurso	2
Artigo 2.º Entidade adjudicante	2
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar	2
Artigo 4.º Identificação do procedimento e fundamento	2
Artigo 5.º Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante Acesso/Registo	2
Artigo 6.º Serviços de apoio a todos os interessados.....	3
SECÇÃO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO	3
Artigo 7.º Peças do Procedimento	3
Artigo 8.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais	3
SECÇÃO III – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	4
Artigo 9.º Concorrentes.....	4
Artigo 10.º Apresentação das propostas.....	5
Artigo 11.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas.....	6
Artigo 12.º Documentos que constituem as propostas	6
Artigo 13.º Apresentação de propostas variantes	7
Artigo 14.º Prazo para a apresentação das propostas	7
Artigo 15.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas	8
SECÇÃO IV – ANÁLISE DE PROPOSTAS E DA ADJUDICAÇÃO	8
Artigo 16.º Critério de adjudicação e critérios de desempate	8
Artigo 17.º Documentos de habilitação	9
Artigo 18.º Caução.....	11
SECÇÃO V – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
Artigo 19.º Despesas e encargos	12
Artigo 20.º Regime supletivo.....	12



SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Identificação do concurso

1. O presente procedimento adota a designação de ***“Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM, S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023”*** e tem por objeto a execução da referida empreitada e em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos e respetivos anexos.
2. O objeto do presente procedimento insere-se na categoria na categoria ***“45259000-7 - Reparação e manutenção de instalações”***, conforme Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV)

Artigo 2.º Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a “ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.”, adiante designada por ARM, S.A., com sede na Rua dos Ferreiros, nº 148-150, 9000-082 Funchal, Região Autónoma da Madeira, com o telefone número 291 201 020, com o fax número 291 201 021 e com o endereço de correio eletrónico: geral@aguasdamadeira.pt.

Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da A.R.M. — Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

Artigo 4.º Identificação do procedimento e fundamento

A escolha do presente procedimento, por concurso público, com publicidade nacional, foi efetuada nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugado com o artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos na atual redação.

Artigo 5.º Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante Acesso/Registo

1. A plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante é a AcinGov.



2. O acesso à plataforma eletrónica AcinGov é gratuito. De forma a aceder à plataforma, os interessados deverão efetuar o seu registo no endereço eletrónico: <http://www.acingov.pt>.
3. Para tal, deverá aceder à área “Aderir”. Para concluir o registo deverá seguir os passos do formulário e imediatamente recebe no email as credenciais de acesso como outros emails da acinGov.
4. No caso de o interessado já ter procedido previamente ao registo na plataforma AcinGov, o n.º 2 e 3 não se aplica, necessitando apenas de introduzir o “Username” e “Password” atribuídos.

Artigo 6.º Serviços de apoio a todos os interessados

1. A equipa AcinGov, tem à disposição de todos os interessados uma linha direta de apoio 707 451 451 ou através do email: apoio@acingov.pt
2. Caso a equipa AcinGov não identifique qualquer anomalia na plataforma AcinGov, os interessados deverão ser os únicos responsáveis por quaisquer atrasos nos prazos de submissão de pedidos de esclarecimentos, erros e omissões, entrega de propostas, pronúncias em sede audiência prévia e reclamações à documentação de habilitação. No presente ponto incluem-se também todas ações que, no decorrer de um procedimento, estejam ao abrigo de um prazo obrigatório estipulado pela legislação em vigor.

SECÇÃO II – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Artigo 7.º Peças do Procedimento

As peças do concurso serão integralmente disponibilizadas, de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica AcinGov.

Artigo 8.º Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais

1. A retificação das peças do procedimento e a decisão sobre erros ou omissões identificadas pelos interessados é da competência do órgão competente para a decisão de contratar, sendo os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso da competência do Júri do Procedimento.
2. No **primeiro terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.



3. Os interessados deverão enviar os seus pedidos através da plataforma eletrónica, disponível na plataforma eletrónica AcinGov.
4. A lista de erros e omissões a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do número 2 do artigo 50 do CCP e daqueles que por eles apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
5. Até ao término do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O Júri, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 5, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela ARM, S.A. e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO III – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 9.º Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de



associação e desde que todas as empresas do agrupamento possuam condições legais adequadas ao exercício da atividade.

3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos de disposto nos artigos anteriores, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária.
5. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que não cumpram qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e no artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2009/M, de 14 de agosto, com remissão para o n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma.

Artigo 10.º Apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente apresentados na plataforma eletrónica AcinGov - <http://www.acingov.pt> - através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
4. O uso da plataforma AcinGov implica que o computador a ser utilizado pelo interessado esteja preparado com os **requisitos mínimos** disponíveis no site da plataforma AcinGov www.acingov.pt. Para mais informações, efetue o login na plataforma, passe o cursor em ajuda (canto superior esquerdo) e clique em perguntas frequentes.
5. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - c) Cuja receção será registada por referência à respetiva data e hora.



Artigo 11.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2.

Artigo 12.º Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, em concordância com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, pela seguinte ordem:
 - a) **Declaração do concorrente** (assinada pelo concorrente ou por seu representante com poderes para o obrigar) **de aceitação** do conteúdo do Caderno de Encargos (Modelo adaptado à Região Autónoma da Madeira, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M de 14 de agosto), elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao programa de procedimento, do qual faz parte integrante;
 - b) Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, caso o certificado digital, previsto no n.º 2 do artigo 10.º deste programa de procedimento, não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura (caso aplicável);
 - c) **Preço**: documento que contenha o preço total máximo estimado, de acordo com a minuta constante do **Anexo III**, do programa de procedimento;
 - d) **Lista dos preços unitários** de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, em conformidade com o **Anexo II** do programa de procedimento, apresentados no formato *.PDF (Solicita-se que o referido documento seja igualmente apresentado em formato editável *.xls para efeitos de maior celeridade na verificação e análise das propostas);



- e) Um cronograma financeiro, quando o caderno de encargos seja integrado por um projeto de execução, contendo um resumo dos valores globais correspondentes à periodicidade definida para os pagamentos, subdividido pelas componentes da execução de trabalhos a que correspondam diferentes fórmulas de revisão de preços (caso aplicável);
 - f) Outros documentos considerados indispensáveis, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, **desde que não contrariem o programa de procedimento e o caderno de encargos.**
2. Aquando da submissão da proposta, o concorrente **deverá preencher na plataforma o formulário principal**, que é parte integrante da sua proposta, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 3. **Todos os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados** pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
 4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.
 5. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA **e devem ser arredondados à 2.ª casa decimal.**
 6. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
 7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
 8. Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa à exceção de eventuais documentos técnicos que poderão ser apresentados em inglês, francês ou espanhol (Caso aplicável).

Artigo 13.º Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14.º Prazo para a apresentação das propostas

As propostas podem ser apresentadas, na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, AcinGov – <http://www.acingov.pt>, até às **17:00H do 15º dia a contar da data do envio do anúncio de concurso para publicação oficial.**



Artigo 15.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 90 dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

SECÇÃO IV – ANÁLISE DE PROPOSTAS E DA ADJUDICAÇÃO

Artigo 16.º Critério de adjudicação e critérios de desempate

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do monofator-preço.
2. Critério de desempate: caso duas ou mais propostas sejam ordenadas em primeiro lugar, as mesmas serão desempatadas pela seguinte ordem:
 - a) será adjudicada a proposta que apresentar valor mais baixo, do **capítulo I**, com a designação ***“Trabalhos Compostos (grupo de preços unitários) da Lista de Preços Unitários”***;
 - b) será adjudicada a proposta que apresentar valor mais baixo, do **capítulo II**, com a designação ***“Trabalhos Decompostos (grupo de preços unitários) da Lista de Preços Unitários”***;
3. Se, ainda assim, subsistir a igualdade entre as propostas, proceder-se-á ao desempate através da realização de uma sessão pública de sorteio, com extração de bolas numeradas, a decorrer nos seguintes termos:
 - a) Após o termo do prazo de audiência prévia, o Júri promoverá um sorteio, a realizar em sessão pública, na sede da ARM, S.A., na Rua dos Ferreiros 148-150, Funchal, em dia e hora objeto de comunicação prévia aos concorrentes com propostas empatadas;
 - b) Os concorrentes ou os seus representantes que queiram comparecer ao sorteio devem fazer-se acompanhar da respetiva identificação ou credencial que lhes confira os necessários poderes de representação, sob pena de se considerarem como ausentes;
 - c) O ato iniciar-se-á com a verificação dos documentos de identificação dos concorrentes e das credenciais dos seus representantes;
 - d) O Presidente do Júri nomeará oficiosamente um representante ad hoc para cada um dos concorrentes que não compareçam nem se façam representar no ato, o qual não poderá pertencer ao Júri nem ao Conselho de Administração da ARM, S.A.;
 - e) Posteriormente, o Presidente do Júri procede à inserção das bolas numeradas em quantidade equivalente ao número de propostas empatadas num saco opaco e fechado, que permanecerá à vista de todos os presentes;



- f) Seguidamente, a ordenação dos concorrentes, para efeitos de extração das bolas, será determinada pela maior pontuação obtida através do lançamento de dados realizado pelos mesmos concorrentes ou seus representantes (legais ou ad hoc);
- g) Pela ordem apurada, cada um dos concorrentes ou cada um dos seus representantes (legais ou ad hoc) extrairão uma bola do saco, sem olhar para o seu interior;
- h) O Júri procederá à ordenação das propostas dos concorrentes em função dos números extraídos por cada um deles ou pelos seus representantes (legais ou ad hoc), propondo a adjudicação da proposta que tiver obtido a bola com o número “1”;
- i) Deste ato será lavrada ata que será assinada por todos os presentes.

Artigo 17.º Documentos de habilitação

1. Nos termos do artigo 81.º do CCP e artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, o adjudicatário, no prazo de 10 **(dez) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração do **Anexo IV** do programa de procedimento (de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação);
- b) Certificado de registo criminal da pessoa singular ou da pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência, de como não foram condenados por sentença transitada em julgado, ou, em caso afirmativo, se já ocorreu a sua reabilitação, por algum dos crimes previstos na alínea h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal e à Região Autónoma da Madeira ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Certificado comprovativo de que a entidade se encontra com a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
- f) Última declaração de rendimentos e retenções residentes (modelo 10 e DMR);
- g) Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES);
- h) Anexo R da última declaração periódica do IVA;



- i) Declaração, sob compromisso de honra, assinada pelo adjudicatário ou por quem o obriga, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, conforme modelo constante do **Anexo V** do programa de procedimento (caso aplicável);
 - j) Certidão do Registo Comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente (consoante o caso);
 - k) Contrato de consórcio (caso aplicável);
 - l) Indicação do número de alvará de construção, ou título de registo, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.) a consultar on-line na plataforma <http://www.inci.pt> (conforme medida Simplex – M092 – Desmaterialização de Títulos habilitantes na construção) para efeitos de comprovação da detenção das seguintes autorizações exigidas:
 - 6.ª subcategoria da 2.ª categoria, na classe correspondente ao valor total da sua proposta (**Saneamento Básico**);
2. Para efeitos da verificação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário pode apresentar alvarás ou títulos de registo da titularidade de subcontratos, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometem, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações delas constantes.
3. Juntamente com os documentos de habilitação o adjudicatário deverá, ainda, apresentar os seguintes documentos:
- a) Identificação completa (através de cópias do B.I. e do cartão do cidadão e indicação de residência) da(s) pessoa(s) que assinará(ão) o contrato, acompanhadas da respetiva autorização, com junção dos documentos que atribuem poderes para o efeito, caso seja exigível a redução do contrato a escrito, nos termos do artigo 95.º do CCP;
 - b) Documento comprovativo de registo no Registo Central de beneficiário Efetivo (**RCBE**), ou o respetivo código de acesso.
4. Tendo em atenção o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela mencionada Lei, **impede a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do artigo 87.º-A do CCP.**
5. O adjudicatário deve apresentar a reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica AcinGov (clicando no separador “Adjudicação”, no final da página, anexando o documento exigido em cada uma das linhas ou em alternativa poderá associar outros documentos de habilitação) ou, no caso da mesma se encontrar indisponível, através do correio eletrónico: geral@aguasdamadeira.pt.



6. A ARM, S.A. pode sempre solicitar ao adjudicatário a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.
7. Os documentos de habilitação elaborados ou preenchidos pelo adjudicatário devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
8. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 86.º do CCP.
9. Caso os documentos de habilitação apresentados apresentem irregularidades a entidade adjudicante fixará um prazo não superior a **cinco (cinco) dias úteis** para suprimento das irregularidades detetadas.
10. **Em caso de subcontratação**, e desde que autorizada pela entidade adjudicante, as entidades subcontratadas deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos ao adjudicatário.

Artigo 18.º Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deverá prestar uma caução no valor de 2% do montante total da empreitada, com exclusão do IVA.
2. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10 % do preço contratual.
3. A caução é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do artigo 90.º do CCP, conforme modelos constantes dos **Anexos VI e VII** do presente Programa de Procedimento.
4. O adjudicatário deverá prestar caução no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da decisão de contratar, devendo comprovar essa prestação à ARM, S.A. no dia imediatamente subsequente.
5. As assinaturas constantes da caução devem ser apresentadas devidamente reconhecidas.
6. As cauções prestadas pelo cocontratante podem ser executadas pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento por aquele das obrigações legais ou contratuais, previstas no n.º 1 do artigo 296.º do CCP.



SECÇÃO V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 19.º Despesas e encargos

As despesas e os encargos inerentes à elaboração das propostas, redução do contrato a escrito, são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 20.º Regime supletivo

Em tudo o que não estiver expressamente consagrado aplicam-se as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, as quais, nos termos do respetivo artigo 51.º, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.



ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, e de acordo com o art.º 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)

b)

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação



do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II -M do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código e artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II – Modelo da lista de quantidades de trabalho

Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM,S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023

Item	Designação	Un	Qt	Punit	Total
Nota: Qualquer referência a marcas ou modelos em qualquer das peças do procedimento deve ser lida como acrescida da seguinte expressão: “ou equivalente”.					
I	Trabalhos Compostos				
1	Trabalhos em condutas				
1.1	Abertura e Fecho de Valas				
1.1.1	Remoção de pavimentos (incluindo corte e a remoção a vazadouro de todos os produtos sobantes da operação)				
1.1.1.1	Levantamento de pavimentos de natureza betuminosa, ou betonilha plana e camadas resistentes de material pétreo.	m2	2000		- €
1.1.1.2	Em Calçada/trief	m2	800		- €
1.1.1.3	Em Betonilha	m2	100		- €
1.1.1.4	Fresagem de camadas de pavimentos de natureza betuminosa existentes numa espessura média de 5 cm, incluindo remoção e transporte a depósito para posterior reutilização dos produtos escavados	m2	800		- €
1.1.2	Escavação de vala em terreno de qualquer natureza, com as dimensões necessárias para permitir a reparação de condutas existentes ou para montagem de novas, após levantamento dos pavimentos, incluindo desmatações, demolições, entivações, drenagem se necessária e todos os trabalhos envolvidos.	m3	3000		- €
1.1.3	Aterros				
1.1.3.1	Aterro e compactação de valas com os produtos da escavação ou de empréstimo, cirandados, em camadas de 0.20 m de espessura máxima, entre a última camada de areia pó de pedra e o nível do terreno ou camada inferior da estrutura resistente dos pavimentos	m3	900		- €
1.1.3.2	Fornecimento e colocação de areia ou pó de pedra, para execução do leito de assentamento e envolvimento das tubagens, devidamente regada e compactada, incluindo colocação de fita plástica sinalizadora de cor azul (águas) ou laranja (esgotos)	m3	3500		- €
1.1.3.3	Transporte para aterro ou para vazadouro dos produtos sobantes da escavação das valas e do levantamento dos pavimentos, incluindo carga, descarga, espalhamento e eventual indemnização por depósito	m3	2000		- €
1.1.4	Reposição de pavimentos em estradas, arruamentos, bermas ou passeios, nas condições idênticas às previamente existentes, conforme especificações do C.E.				
1.1.4.1	Em Betuminoso				
1.1.4.1.1	Em Estradas Regionais	m2	1200		- €
1.1.4.1.2	Em Estradas Municipais	m2	2100		- €
1.1.4.2	Em Calçada	m2	80		- €
1.1.4.3	Em Betonilha de cimento e areia	m2	80		- €
1.1.4.4	Em Trief	m2	650		
1.1.4.5	Reposição de camada de desgaste em áreas previamente fresadas, com uma espessura média de 5 cm de betão betuminoso	m2	850		- €
1.1.4.6	Fornecimento e aplicação de lancil de betão com as dimensões de 25x15 na separação entre a faixa de rodagem e os passeios, incluindo maciço de fixação de betão simples de 300 kg de cimento por m3, e todos os trabalhos e fornecimentos necessários	m	150		- €
1.1.4.7	Reposição de pavimentos (tapa buraco), com mistura betuminosa aberta a frio, com 5 cm de espessura incluindo rega de impregnação e compactação mecânica	m2	150		- €

ANEXO II – Modelo da lista de quantidades de trabalho

Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM, S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023

Item	Designação	Un	Qt	Punit	Total
Nota: Qualquer referência a marcas ou modelos em qualquer das peças do procedimento deve ser lida como acrescida da seguinte expressão: “ou equivalente”.					
1.1.4.8	Fornecimento e colocação de trief, na cor cinza com 6 cm espessura, incluindo abertura e regularização de caixa com cerca de 10 cm (média), compactação e regularização do terreno, colocação de 5 a 7 cm de pó de pedra para assentamento do trief e incluindo todos os trabalhos necessários à boa execução	m2	150		- €
1.2	Trabalhos em Redes de Distribuição de Água				
1.2.1	Tubagem e Acessórios				
1.2.1.1	Fornecimento e assentamento de tubagem de PEAD PN16, MRS100, instalada em vala, incluindo maciços de amarração, se previstos, soldadura topo a topo ou electrossoldadura, alterações provisórias da rede existente e todos os trabalhos necessários e complementares				
1.2.1.1.1	Ø 32 mm	m	750		- €
1.2.1.1.2	Ø 63 mm	m	330		- €
1.2.1.1.3	Ø 90 mm	m	780		- €
1.2.1.1.4	Ø 110 mm	m	330		- €
1.2.1.1.5	Ø 125 mm	m	162		- €
1.2.1.1.6	Ø 160 mm	m	78		- €
1.2.1.1.7	Ø 200 mm	m	162		- €
1.2.1.2	Fornecimento e montagem de válvula de seccionamento de cunha, de FFD, PN 16 em condutas de PEAD, incluindo colarinhos uniões electrossoldáveis, flanges loucas, parafusos, porcas e anilhas em aço inox e todos os trabalhos necessários e complementares				
1.2.1.2.1	DN 50 mm (tubagem de Ø 63 mm)	un	3		- €
1.2.1.2.2	DN 80 mm (tubagem de Ø 90 mm)	un	9		- €
1.2.1.2.3	DN 100 mm (tubagem de Ø 110 e 125 mm)	un	3		- €
1.2.1.2.4	DN 125 mm (tubagem de Ø 160 mm)	un	3		- €
1.2.1.2.5	DN 150 mm (tubagem de Ø 200 mm)	un	3		- €
1.2.1.3	Fornecimento e montagem em condutas de PEAD de válvula de seccionamento de cunha, de FFD, PN 16 em descarga de fundo, em conformidade com o projecto, incluindo tê, colarinhos, flanges loucas, uniões electrossoldáveis, parafusos, porcas e anilhas em aço inox, troço de tubo, etc				
1.2.1.3.1	Ø 80 mm	un	3		- €
1.2.1.4	Fornecimento e colocação de marco de incêndio em conformidade com o projecto, incluindo tê, colarinhos, flanges loucas, uniões electrossoldáveis, parafusos, porcas e anilhas em aço inox, maciços de fixação, válvula de seccionamento de cunha, de FFD, PN 16				
1.2.1.4.1	Ø 80 mm	un	9		- €
1.2.1.5	Fornecimento e montagem de ramais de ligação domiciliária, incluindo abertura e fecho de vala, reposição de pavimentos, tubagem e acessórios em PEAD PN 1,6 MPa, electrossoldados, tomada de carga com válvula incorporada, válvulas de esfera de contador em latão, caixa de contador em PVC, cabeça móvel sobre a válvula de ramal e todos os trabalhos e fornecimentos envolvidos				
1.2.1.5.1	Ramais de Ø 32 mm com comprimento até 3 m	un	24		- €
1.2.1.5.2	Por cada m adicional acima de 3 m	m	15		- €

ANEXO II – Modelo da lista de quantidades de trabalho

Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM,S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023

Item	Designação	Un	Qt	Punit	Total
Nota: Qualquer referência a marcas ou modelos em qualquer das peças do procedimento deve ser lida como acrescida da seguinte expressão: “ou equivalente”.					
1.2.1.6	Execução de ligações à rede existente, incluindo abertura e fecho de vala, reposição de pavimentos, fornecimento e montagem de tubo e acessórios em PEAD electrossoldados e todos os trabalhos necessários e complementares.				
1.2.1.6.1	Ø 63 mm	un	3		- €
1.2.1.6.2	Ø 90 mm	un	3		- €
1.2.1.6.3	Ø 110 mm	un	3		- €
1.2.1.6.4	Ø 125 mm	un	3		- €
1.2.1.6.5	Ø 160 mm	un	3		- €
1.2.1.6.6	Ø 200 mm	un	3		- €
1.2.1.7	Fornecimento e montagem de ventosa de triplo efeito, flangeada, incluindo tê, curvas e tubagem de ligação, válvula de seccionamento completa, conforme desenho de pormenor				
1.2.1.7.1	DN 60 mm	un	3		- €
1.2.1.7.2	DN 80 mm	un	3		- €
1.2.2	Câmaras de Válvulas				
1.2.2.1	Execução de caixas de válvulas (Tipo 1), constituídas por elementos circulares em betão pré-fabricado, de 1,0 m de diâmetro interior, cone excêntrico de 0,60 m de abertura útil, soleira de brita, degraus em aço revestidos em PRFV, escavação, entivações, drenagem se necessária, aterro, transporte de terras a vazadouro, levantamento e reposição de pavimento e todos os trabalhos necessários e complementares				
1.2.2.1.1	DN 1,0 m, com altura interior até 2,50 m	un	3		- €
1.2.2.2	Execução/ reconstrução de caixas de válvula de ramal, incluindo tampa e aro C250 de 20 cm de diâmetro e todos os trabalhos envolvidos	un	3		- €
1.3	Trabalhos em Redes de Drenagem de Esgotos				
1.3.1	Fornecimento e assentamento em vala de tubagens de PVC rígido, PN 0,60 MPa, para esgoto doméstico dos seguintes diâmetros:				
1.3.1.1	- de 200 mm de diâmetro	m	36		- €
1.3.1.2	- de 250 mm de diâmetro	m	180		- €
1.3.1.3	- de 315 mm de diâmetro	m	36		- €
1.3.2	Execução de ramais de ligação entre os colectores da rede e as caixas de ramal dos prédios, de 160 mm de calibre, em PVC, incluindo as caixas de ramal, tampas quadradas de 40x40, de FFD classe B125, aro e todos os trabalhos e fornecimentos				
1.3.2.1	Ramais de esgoto doméstico Ø 125 até 6 m	un	15		- €
1.3.2.2	Por cada m adicional acima de 6 m	m	12		- €
1.3.2.3	Ramais de esgoto doméstico Ø 160 até 6 m	un	6		- €
1.3.2.4	Por cada m adicional acima de 6 m	m	3		- €
1.3.3	Execução de câmaras de visita, constituídas por elementos circulares em betão pré-fabricado, de 1,0 m de diâmetro interior, cone excêntrico de 0,60 m de abertura útil, soleira e meia cana de betão simples C16/20, degraus em aço revestidos em PRFV, escavação, entivações, drenagem se necessária, aterro, transporte de terras a vazadouro, levantamento e reposição de pavimento e todos os trabalhos necessários e complementares.				
1.3.3.1	DN 1,0 m, com altura inferior ou igual a 2,50 m	un	18		- €

ANEXO II – Modelo da lista de quantidades de trabalho

Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM,S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023

Item	Designação	Un	Qt	Punit	Total
Nota: Qualquer referência a marcas ou modelos em qualquer das peças do procedimento deve ser lida como acrescida da seguinte expressão: “ou equivalente”.					
1.3.3.2	DN 1,25 m, com altura superior a 2,50 m	un	6		- €
2	Outros				
2.1	Custo mínimo para mobilização e deslocação de meios para os locais de qualquer intervenção que seja solicitada	un	21		- €
II	Trabalhos Decompostos				
3	Fornecimento de Mão de Obra Directa (o preço unitário inclui toda a mão de obra indirecta e transportes necessárias à execução dos trabalhos)				
3.1	Dias úteis - das 08h00 às 17h00:				
3.1.1	Servente	h	800		- €
3.1.2	Pedreiro	h	400		- €
3.1.3	Canalizador / soldador	h	300		- €
3.1.4	Encarregado	h	40		- €
3.1.5	Pintor	h	20		- €
3.2	Dias úteis - das 17h00 às 24h00:				
3.2.1	Servente	h	280		- €
3.2.2	Pedreiro	h	150		- €
3.2.3	Canalizador / soldador	h	150		- €
3.2.4	Encarregado	h	16		- €
3.3	Dias úteis - das 24h00 às 08h00:				
3.3.1	Servente	h	20		- €
3.3.2	Pedreiro	h	20		- €
3.3.3	Canalizador / soldador	h	20		- €
3.3.4	Encarregado	h	20		- €
3.4	Feriados e fins de semana - das 08h00 às 17h00:				
3.4.1	Servente	h	110		- €
3.4.2	Pedreiro	h	80		- €
3.4.3	Canalizador / soldador	h	80		- €
3.4.4	Encarregado	h	20		- €
3.5	Feriados e fins de semana - das 17h00 às 24h00:				
3.5.1	Servente	h	20		- €
3.5.2	Pedreiro	h	20		- €
3.5.3	Canalizador / soldador	h	10		- €
3.5.4	Encarregado	h	10		- €
3.6	Feriados e fins de semana - das 24h00 às 08h00:				
3.6.1	Servente	h	20		- €
3.6.2	Pedreiro	h	20		- €
3.6.3	Canalizador / soldador	h	10		- €
3.6.4	Encarregado	h	10		- €
3.7	Mão de obra mensal - Horário de trabalho dias uteis das 08h00 às 17h00 :				
3.7.1	Servente	mês	12		- €
3.7.2	Pedreiro	mês	12		- €
4	Fornecimento de Equipamentos				
4.1	Equipamentos Autotransportáveis (o preço unitário inclui manobrador/operador e todos os transportes necessários à execução dos trabalhos)				
4.1.1	Camião Basculante de 12 m3	h	120		- €
4.1.2	Viatura combinada alta pressão para limpeza de colectores - limpa fossas (tipo Joper)	h	180		- €
4.1.3	Camião Plataforma (atrelado)	h	12		- €
4.1.4	Carrinha de Caixa Aberta Basculante 3 m3	h	180		- €

ANEXO II – Modelo da lista de quantidades de trabalho

Trabalhos de conservação das infra-estruturas dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais, de rega e de resíduos da ARM,S.A. na Ilha do Porto Santo – 2022-2023

Item	Designação	Un	Qt	Punit	Total
Nota: Qualquer referência a marcas ou modelos em qualquer das peças do procedimento deve ser lida como acrescida da seguinte expressão: “ou equivalente”.					
4.2	Equipamentos Não - Autotransportáveis , com manobrador (o preço unitário inclui manobrador/operador)				
4.2.1	Escavadora Giratória de Rastos com balde, ripper e martelo hidráulico. Peso operacional (kg)				
4.2.1.1	0-8000 kg	h	180		- €
4.2.1.2	10000-20000 kg	h	48		- €
4.2.2	Retoescavadora, de pneus ou de rastos, equipada com balde para abertura de valas, tipo CAT 428E de 66KW	h	84		- €
4.2.3	Cilindro compactador de rolos e pneus tipo JCB Vibromax VM 75 D	h	12		- €
4.2.4	Bobcat	h	12		- €
4.2.5	Transporte dos equipamentos não-autotransportáveis, com manobrador, entre o estaleiro do empreiteiro e o local dos trabalhos conforme especificações do C.E. (inclui ida e volta)	vg	60		- €
4.3	Equipamentos Não - Autotransportáveis, sem manobrador (o preço unitário inclui todos os transportes necessários à execução dos trabalhos)				
4.3.1	Compressor	h	18		- €
4.3.2	Motobomba	h	78		- €
4.3.3	Saltitão	h	48		- €
4.3.4	Placa Vibrocompactadora	h	48		- €
4.3.5	Motoserra	h	30		- €
4.3.6	Aparelho de soldar PEAD topo a topo	h	30		- €
4.3.7	Aparelho de soldar PEAD por electrosoldaduras	h	30		- €
4.3.8	Gerador eléctrico	h	48		- €
4.3.9	Betoneira eléctrica/gasolina/gasoleo	h	30		- €
4.3.10	Cavele e andaimes (conjunto) montado	m2/dia	48		- €
4.3.11	Cofragem (conjunto) aplicado	m2/dia	84		- €
4.3.12	Guincho tipo “Trifor”	h	30		- €
4.3.13	Rebarbadora	h	30		- €
4.3.14	Martelo eléctrico	h	30		- €
4.3.15	Martelo pneumático	h	30		- €
4.3.16	Berbequim eléctrico	h	30		- €
4.3.17	Serra circular portátil para corte de madeira	h	30		- €
4.3.18	Sistema de iluminação (conjunto de projectores)	h	30		- €
5	Fornecimento de Materiais (posto em obra)				
5.1	Inertes				
5.1.1	Brita 1 (8-16)	m3	36		- €
5.1.2	Pó de pedra	m3	275		- €
5.1.3	Agregado britado de granulometria extensa (tout-venant)	m3	125		- €
5.1.4	Areia	m3	165		- €
5.2	Betão (EN 206-1)				
5.2.1	C16/20	m3	125		- €
5.2.2	C20/25	m3	18		- €
5.3	Aço de construção classe de resistência mínima de A400NR	kg	300		- €
Total					€ -



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

Proposta de Preço

..... (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede), titular do alvará de construção, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.) n.º (ou, se for o caso, do certificado de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), contendo as autorizações (indicar natureza e classe), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento denominado “.....”, a que se refere o anúncio publicado no datado de, obriga-se a celebrar contrato, em conformidade com o constante no Programa de Procedimento, respetivo Caderno de Encargos e demais Anexos, pelo preço global de (por algarismos e por extenso), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data

Assinatura



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos e (quando aplicável) os documentos comprovativos de que cumpriu as obrigações fiscais declarativas cujo conteúdo assume interesse específico para a Região Autónoma da Madeira referidos no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁵⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO (caso aplicável)

(a que se refere o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação)

(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação, que a sua representada ⁽²⁾ não está legalmente obrigada ao cumprimento da(s) seguinte(s) obrigação(ões) declarativa(s) relativa(s) a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, em relação ao último exercício económico disponível⁽³⁾:

- ☐ Última declaração de rendimentos modelo 3 ou modelo 22, este último acompanhado do Anexo C, caso o adjudicatário tenha exercido nesse período atividade na Região Autónoma da Madeira;
- ☐ Última Declaração de rendimentos e retenções de residentes (modelo 10) e DMR;
- ☐ Anexo Q da última informação empresarial simplificada (IES);
- ☐ Anexo R da última declaração periódica do IVA;

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Selecionar as obrigações declarativas fiscais regionais (RAM) a que o adjudicatário não se encontra legalmente obrigado.
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



ANEXO VI

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCARIO EM DINHEIRO / TÍTULOS

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]



ANEXO VII

MODELO DA GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, pelo presente documento, prestar, a favor da ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (por algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos números 6, 7 e 8 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]